O agribusiness brasileiro e o próximo governo (2ª parte)

MARCOS SAWAYA JANK

No número anterior desta revista, elaborou-se um rápido diagnóstico do momento atual do agribusiness brasileiro. Dando continuidade ao tema, levantam-se agora as inevitáveis medidas de reforma a serem adotadas pelo próximo governo e o novo papel que deveria ser desempenhado pelo setor privado.

A inevitável reforma das políticas públicas

As últimas safras foram marcadas pela falência dos mecanismos tradicionais de intervenção do Estado no setor agrícola (preços mínimos, seguro e crédito de investimento, custeio e comercialização). Faltaram idéias, recursos e novas orientações e, ao mesmo tempo, sobraram ministros da Agricultura com velhos discursos, equipes reduzidas e nenhuma solução de fato consistente. Na verdade, os grandes problemas atuais da agricultura deixaram o ministério que leva o seu nome e foram parar no Ministério da Fazenda, no Departamento de Comércio Exterior (Decex), no Confaz, no Ministério dos Transportes, no Itamaraty e em diversos outros órgãos onde o setor tem pouca ou nenhuma influência.

Na verdade, o setor agroindustrial brasileiro, no passado chamado de "futuro celeiro do mundo", trabalha hoje no limite do abastecimento doméstico, sendo que as exportações encontram-se estagnadas há mais de uma década e as importações crescem assustadoramente nos momentos de quebra de safra e/ou aumento de consumo. Para reverter esse quadro, o Estado deveria adotar uma nova agenda de políticas públicas, agora no contexto de uma economia aberta, desregulamentada e integrada em blocos econômicos. São seis os pontos de maior relevância:

• O principal fator para o crescimento do agribusiness é a *estabilidade econômica do país*, obtida através do controle permanente da inflação, da liberdade na formação dos preços e da prática de taxas de juros dentro dos patamares internacionais. A alimentação é a base das necessidades humanas, sendo que temos no Brasil um enorme mercado potencial de cerca de 100 milhões de consumidores que foram parcial ou totalmente marginalizados pela péssima distribuição de renda, problema agravado pela inflação crônica. O agribusiness será, sem dúvida, o setor mais beneficiado por qualquer crescimento da renda *per capita*.

• *Taxa de câmbio*. Este fator, ainda pouco discutido na agricultura, passa a ter importância central num contexto de economia aberta. A sobrevalorização real do câmbio simultaneamente destrói a competitividade das exportações de commodities e torna o produto importado artificialmente mais competitivo, afetando seriamente o agricultor. Isso aconteceu na Argentina a partir de 1991, após o Plano Cavallo, e agora está-se repetindo no Brasil, com o Plano Real: desde 30 de junho último, já se acumularam cerca de 15% de sobrevalorização real do câmbio, o que significa, apenas para a soja, uma perda mensal de receita na exportação estimada de cerca de US$26 milhões. Nesse caso, o maior prejudicado é o produtor, para o qual é repassado o custo do câmbio sobrevalorizado.

• *Reforma tributária*. Os impostos da cesta básica são injustos (os que mais pagam são os mais pobres), elevados (quando comparados internacionalmente), desiguais (uns pagam, outros não) e ineficientes (muitos são do tipo "cascata"). Na exportação, apesar da recente eliminação dos impostos federais, ainda prevalece uma "aberração" inaceitável, que é o ICMS cobrado pelos estados.

• *Política comercial ativa*, via aplicação permanente dos mecanismos legítimos de defesa contra práticas desleais e predatórias de comércio, a exemplo do que faz a maioria dos países desenvolvidos (inclusive contra o Brasil). Assim, os direitos compensatórios contra a importação de subsídios, a legislação *antidumping*, as regras de origem no Mercosul, as salvaguardas e o fortalecimento das regras multilaterais de comércio no Gatt (atual OIC) são precondições fundamentais para o crescimento e a harmonia do agribusiness em uma economia aberta. É preciso deixar de lado a "hipocrisia" do abastecimento de curto prazo e buscar uma verdadeira concorrência leal de mercado de longo prazo.

• *Melhoria da infra-estrutura do agribusiness*: rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, energia, telecomunicações etc. A melhor forma de fazê-lo seria através da maior desregulamentação desses setores, quebrando monopólios ineficientes e aumentando a participação do setor privado via privatizações ou parcerias de longo prazo. Grande parte da competitividade do agribusiness brasileiro está hoje seriamente comprometida por serviços ineficientes controlados pelo Estado.

• *Pesquisa básica, normatização e fiscalização.* Este assunto dispensa maiores comentários, pois qualquer observador percebe que a pesquisa agrícola está semidestroçada, as normas e leis estão ultrapassadas e a fiscalização é, via de regra, insuficiente. Este item passa pela inevitável reforma da "máquina" pública, redefinindo onde e como o Estado deve agir.

Estes são os pontos principais. De propósito, deixou-se de lado o crédito rural e os preços mínimos, pois só serão importantes se, infelizmente, o país voltar a um processo inflacionário crônico ou se as taxas de juros do mercado continuarem "astronômicas". Caso contrário, acredito que o financiamento do agribusiness se dará naturalmente via mercado, sendo que a fixação dos preços agrícolas se fará através das bolsas de físicos e futuros.

Vê-se que, em sua maioria, os pontos aqui levantados não são hoje tratados no âmbito do Ministério da Agricultura. Isso mostra que a questão agrícola deve ser encarada de outra forma pelo Estado. As reformas aqui propostas são profundas, podendo ser sintetizadas em poucas palavras: a agricultura moderna não quer "subsídios" ou, em outras palavras, não necessita mais do paternalismo da velha política agrícola. Entretanto, ela precisa urgentemente de um Estado que ao menos não atrapalhe a sua competitividade natural e, para tanto, necessita de políticas econômicas estáveis, não-discriminatórias e igualitárias em termos de Mercosul, além de um aumento de eficiência global via desregulamentação de diversos setores a ela relacionados (transportes, portos etc.).

O novo papel do setor privado

Sem o Estado "interventor", a agricultura só poderá sobreviver com organização, representatividade e negociação em bloco. Nesse sentido, o setor precisa urgentemente passar por um processo de reestruturação. Assim, as cooperativas, o braço econômico do setor, precisam profissionalizar-se mais, definindo claramente e centrando-se unicamente no "negócio" onde são de fato eficientes, inclusive questionando o "guarda-chuva" de ineficiência que são os votos iguais para produtores diferentes (se as cooperativas continuarem "nivelando por baixo", somente ficarão no sistema os produtores menos eficientes).

Os sindicatos e as federações de agricultores (braço político) precisam entender o atual processo de desenvolvimento do país e atuar nos novos temas (câmbio, política comercial, desregulamentação etc.). Para tanto, é imprescindível desenvolver um trabalho técnico de qualidade, baseado em sólidos estudos econômicos que permitam melhorar o diálogo do setor com o Ministério da Fazenda, o Itamaraty, o Confaz etc.

O mais importante, porém, é o desenvolvimento de um braço "contratual" da agricultura, cujo principal objetivo seria analisar e negociar os múltiplos contratos que surgem hoje entre o setor e as indústrias que se situam "antes" e "depois" da fazenda. Nesse ponto, as associações de produtores ocupam papel central, pois têm seu interesse voltado unicamente para uma classe específica de produtores. Elas é que deveriam "negociar" a melhoria dos contratos com as indústrias, buscando centrar-se não tanto em "preços", mas sim em critérios que promovam a eficiência e a competitividade da cadeia agroindustrial como um todo. As câmaras setoriais são um bom caminho para isso.

Por fim, nesse novo contexto surge também a necessidade de "coordenação" de todos os segmentos do agribusiness, intra e entre as diferentes cadeias agroindustriais. Este é o papel das associações de cada segmento (Abia, Andef etc.), e principalmente da Associação Brasileira de Agribusiness, através da qual deveriam estar sendo discutidas e resolvidas as diversas relações de conflito e cooperação do setor. Essa "coordenação" dos interesses do agribusiness ocorre em todos os países desenvolvidos e é o principal fator que explica o papel privilegiado que este setor ocupa nas sociedades mais modernas.

Marcos Sawaya Jank, 31 anos, é engenheiro-agrônomo, M. Sc. em políticas agrícolas e comércio internacional e professor do Departamento de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq-USP).